



INFORMATIVO

O TUIUTI



ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DA ACADEMIA DE HISTÓRIA MILITAR TERRESTRE DO BRASIL/RIO GRANDE DO SUL (AHIMTB/RS) - ACADEMIA GENERAL RINALDO PEREIRA DA CÂMARA - E DO INSTITUTO DE HISTÓRIA E TRADIÇÕES DO RIO GRANDE DO SUL (IHTRGS)

520 anos das Capitânicas Hereditárias. 510 anos da descoberta do Rio da Prata por navegantes portugueses. 490 anos da fundação da Companhia de Jesus. 470 anos do Colégio de São Paulo. 460 anos do desembarque de Estácio de Sá em Salvador. 410 anos da vitória de Jerônimo de Albuquerque na Batalha de Guaxenduba, MA. 400 anos da invasão holandesa, tomada de Salvador e início da Guerra do Açúcar. 370 anos da Batalha da Campina do Taborda e do Tratado do Taborda. 340 anos da revolta de Manuel Beckmann no MA. 310 anos do fim da Guerra dos Mascates em PE. 270 anos do início da Guerra Guaranítica. 250 anos da vitória do Major Rafael Pinto Bandeira no Combate de Santa Bárbara, RS. 200 anos da primeira Constituição do Brasil. 170 anos da 1ª ferrovia brasileira pelo Barão de Mauá. 160 anos do início da Guerra do Paraguai e morte de Antônio João. 150 anos do Combate do Ferrabraz, RS, na Guerra dos Muckers. 120 anos da Revolta da Vacina e da Escola da Praia Vermelha. 110 anos do início da I GM. 100 anos da Revolução Paulista. 80 anos do desembarque aliado na Normandia (06 Jun), da partida do 1º Escalão da FEB para a Itália e da inauguração da Academia Militar das Agulhas Negras. 60 anos da Marcha da Família com Deus pela Liberdade, SP, da rebelião militar que deu origem à Contra-Revolução Democrática de 31 de março e da eleição do Gen Humberto de Alencar Castello Branco para a Presidência da República. 30 anos da conquista do tetracampeonato de futebol na Copa do Mundo dos EUA pelo Brasil.

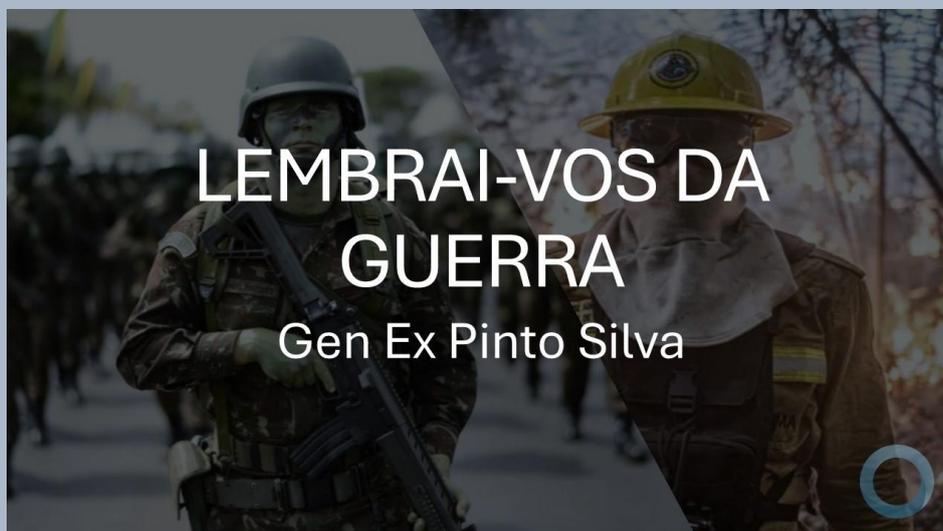
ANO 2024

Outubro

Nº 463

LEMBRAI-VOS DA GUERRA

Gen Ex Carlos Alberto Pinto Silva



“...Corações mesquinhos alcançam-lhes em rosto o pão que comem; como se os cobres do pré pudessem pagar a Liberdade e a Vida.

Publicistas de vista curta acham-nos caros demais, como se alguma coisa houvesse mais cara que a servidão.

Eles, porém, calados, continuam guardando a Nação do estrangeiro e de si mesma...”

(Carta A El-Rei de Portugal, Dom Carlos I – Moniz Barreto/1893)

Em 17 de setembro de 2024, o presidente da república Luís Inácio da Silva, autoridade suprema a quem as Forças Armadas, de acordo com artigo 142 da Constituição Federal, estão subordinadas, anunciou, diante de ministros e chefes de poderes reunidos para discutir ações contra as queimadas florestais que assolam o país, que sugeriu às Forças Armadas que os recrutas sejam treinados para combater queimadas e enfrentar desastres climáticos.

Na ocasião declarou:

“Eu tive uma conversa muito longa com o ministro José Múcio e o General Tomás. E a sugestão que eu dei para ele é que daqui para frente todos os 70 mil recrutas que são convocados para as Forças Armadas todo ano, e a gente não tem guerra, portanto, não precisa preparar ninguém para a guerra porque a gente não vai querer guerra, que essa meninada seja preparada para enfrentar a questão climática”. (portal g1.Globo – 17/09/24).



O atual presidente, como muitos que o antecederam, negligência o cenário político internacional e demonstra ignorar a destinação das Forças Armadas prevista na Constituição Federal de defesa da Pátria, garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem.

Ao contrário do que o presidente pensa, vê-se no mundo um claro acirramento das disputas geopolíticas entre EUA, China e Rússia e uma vasta variedade de cenários e propósitos com possibilidade para ameaçar e afrontar interesses imprescindíveis ao nosso país.

O combate do futuro exigirá cada vez mais recursos humanos capacitados, adestrados, experimentados, motivados, permanentemente disponíveis e comprometidos com os valores mais caros à instituição.

Neste viés, competências essenciais serão requeridas aos líderes nos diversos níveis, bem como aos demais elementos das frações de emprego (Manual de Fundamentos -

Conceito Operacional do Exército Brasileiro – Operações de Convergência 2040 (EB20-MF-07.101), 1ª Edição, 2023.)

Os desafios e o ambiente operacional futuro sinalizaram para a Instituição a necessidade de se preparar e adequar para atender às demandas visualizadas no COEB, bem como às orientações do Ministério da Defesa (Concepção de Transformação do Exército Brasileiro e do Desenho da Força 40 2024-2039 (EME – 2024).

Nessa percepção, o presente texto procura apresentar ideias e argumentos que resultem em uma motivação necessária a qualquer escalão (C Mil A, DE, Bda, OM) para o aprimoramento de suas atividades,

tendo por objetivo uma maior eficiência, eficácia e efetividade Operacional em todos os níveis, no entendimento de que a dimensão das Forças Armadas na defesa dos interesses nacionais exige uma constante atualização tecnológica e um aprimoramento ininterrupto de seus integrantes.

“É forçoso salientar a imperativa necessidade de os comandantes, em todos os níveis, contarem com elevada iniciativa, além do perfeito entendimento do princípio de cumprimento da missão pela finalidade” (idem).

A **IDEIA MOTRIZ** nas Forças Armadas deve ser a obtenção da **Capacidade Operacional Plena** de acordo com a vocação prioritária do escalão considerado, na compreensão de que em uma FA, ela se manifesta como um poder moral definido, que pode ser extraído pelo pensamento dos seus componentes e seu efeito avaliado, como uma ferramenta cujo poder pode ser calculado.

*Uma Força que em face do perigo real combate por cada centímetro do terreno; que jamais se amedronta com receios imaginários; que é disciplinada; que não perde a confiança em seus Chefes, nem deixa de respeitá-los; cuja capacidade física é fortalecida pela privação e pelo exercício; que conhece e segue seus princípios de gestão; em que seus oficiais são criativos, inovadores, ousados, perseverantes e determinados: esta é uma **Força dotada da Capacidade Operacional Plena**.*

O comprometimento pessoal com a missão e os valores cultuados pela Força será o fator de êxito que multiplicará o seu poder de transformação.

“Um Comandante sóbrio jamais deve permanecer ocioso nos tempos de paz, mas sim fazer destes tempos um capital que possa valer na adversidade, a fim de que, quando sua sorte mudar, o encontre pronto. Por conseguinte, o militar não deverá nunca desviar o pensamento do exercício da guerra, devendo exercitar-se mais nos períodos de paz que nos tempos de guerra, o que pode realizar de duas formas: uma através das ações e outra através do pensamento. Nos tempos de paz deve pensar nos meios de conduzir a guerra, ler obras de história, observar como os grandes homens se comportavam nas guerras, examinar os motivos de suas vitórias e derrotas, de modo que possa estas evitar e aquelas imitar” (Adaptação – Maquiavel).

Os padrões militares englobam valores, ética e conduta, que influenciam o comportamento dos soldados e são essenciais para a eficiência das Forças Armada.

“A disciplina representa um fator vital para que o Soldado acredite no Exército e em seus chefes. A disciplina significa não apenas ser eficiente, mas, também, se preocupar com pormenores. O rebaixamento nos padrões militares revela um declínio de disciplina; as boas unidades em combate têm bons índices disciplinares. A imagem popular do combatente roto, sujo e barbado são, em realidade, indicativas do Soldado que não sofre supervisão e revela logo ausência de chefia e disciplina (Training Operation Lessons Learned, 1968, p. 8). Sabíamos, por experiência em combate, que as unidades mais aguerridas, em longas jornadas, não eram necessariamente aquelas com mais reputação, mas as que, ao retornar das refregas, de imediato, recompunham a disciplina formal e a apresentação (Slim, 1956, p. 543).

A preservação e aprimoramento da cultura já consolidada nas FA não se concretizará somente com planos, programas, boletins, informativos, logotipos ou cartazes. É necessário interagir superiores e subordinados para a consecução dos objetivos estabelecidos, o que requer a integração de conjuntos idiossincrásicos de comportamento.

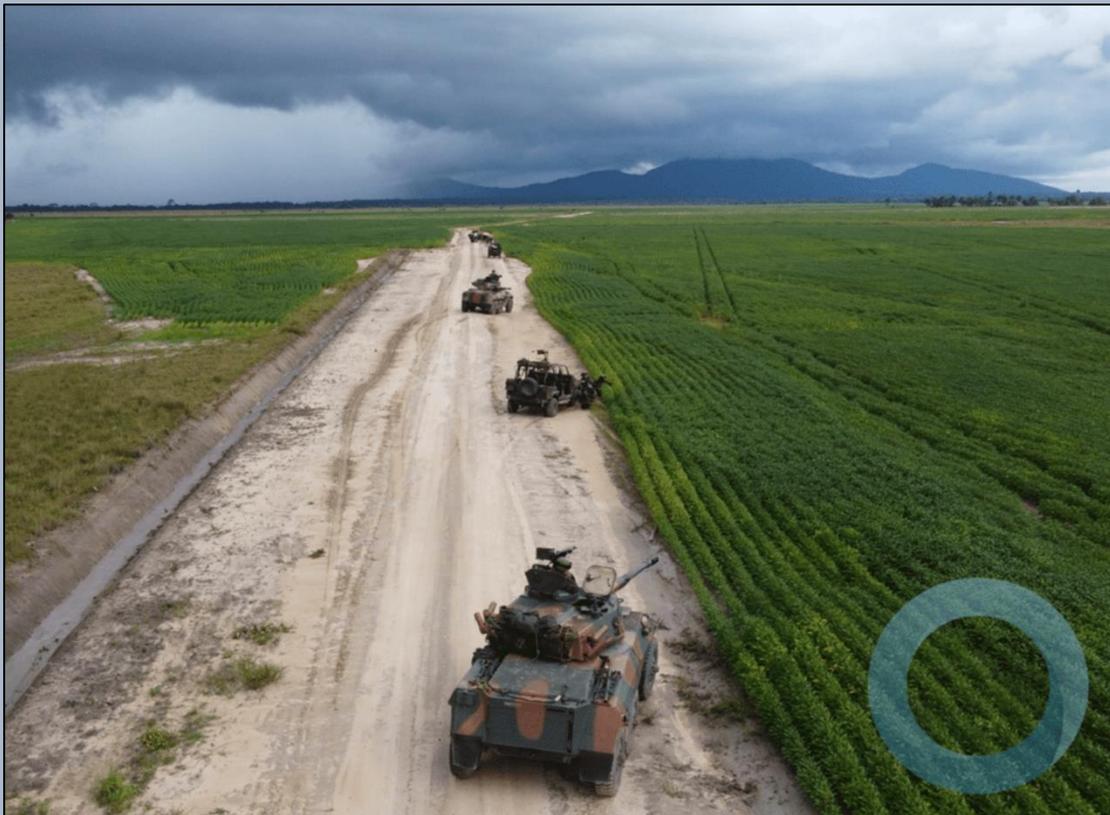
A cultura organizacional em ambiente militar deve, apoiada nas características peculiares da organização militar, proporcionar aos seus componentes a capacidade de saber discernir quanto e de que forma deverão flexibilizar o raciocínio e a conduta, afastando-se temporariamente da rigidez necessária

do cotidiano, para busca de soluções às situações caóticas de crise, quaisquer que sejam. “Os subordinados fazem quando ninguém precisa estar dizendo a eles o que devam fazer”.

A estrutura hierárquica serve, principalmente, para manter a ordem e a perseguição do objetivo comum, não é onde as ações ocorrem. As ações são conduzidas, por pessoas, nos processos.

As pessoas devem possuir papéis bem definidos nos processos, e se relacionarem harmoniosamente entre si.

A crença de que a guerra tem por motivação um valor maior compartilhado por todos os cidadãos do País, um “**bonum comunum**” que existe no interesse de todo povo, não apenas torna possível a cada soldado fazer sacrifícios como, também, agrega como valor de compromisso com uma comunidade que nele acredita. Torna-se, portanto, crucial a interação sociedade (povo) brasileira e Forças Armadas, a confiança deve ser estimulada e qualquer tipo de vilipêndio rapidamente rechaçado.



O soldado deve se sentir seguro, “em casa”, em sua Instituição. O sentimento de vinculação, o saber confiar um no outro e a convicção de cada um pode confiar em todos os outros do mesmo grupo levam o homem a todos os sacrifícios pela ideia de camaradagem. **O desempenho do indivíduo será visto como o desempenho da Instituição, orgulhoso de a ela pertencer e abandoná-la significa traição.**

Ver a organização como grupo é gerar espaços para mais líderes com objetivos estimulantes; é acreditar que os subordinados guiados pelo espírito de corpo usarão a liberdade para alcançar os objetivos compartilhados.

Os integrantes da Instituição devem se sentir, realmente, parte da Força, seguras e protegidas, empolgadas com a visão de futuro, missão, objetivo e os valores, e crendo plenamente que todos estejam vivendo e trabalhando dentro das normas determinadas, contribuindo e inspirando definições de uma visão de futuro compartilhada, a fim de alinhar a energia de todos.

Grandes chefes geram em suas organizações um senso de liberdade, voluntariedade e valor comum. Comandantes fazem isso com grande facilidade nas organizações menores.

Chefes de todos os níveis cuidam dos seus subordinados e os protegem. Ouvem e fazem o melhor para aceitar as contribuições e as ideias divergentes dos subordinados com tentativas sinceras de ajuda.

Carlos Alberto Pinto Silva - General de Exército da reserva. Antigo comandante do Comando Militar do Oeste, do Comando Militar do Sul, do Comando de Operações Terrestres, do 2º BIS, da 17ª Bda Inf SI e Chefe do EM do CMA. Membro da Academia de Defesa e do CEBRES.

#####

Revolução Farroupilha

José Carlos Pöpl Filho¹ e José Luís Marasco Cavalheiro Leite²

Ainda é tempo, ou melhor, sempre é tempo de escrevermos sobre a Revolução Farroupilha ou Guerra dos Farrapos, pois foi a mais longa rebelião do período regencial do Brasil, a qual ocorreu na então província de São Pedro do Rio Grande do Sul, e que resultou na declaração de independência da província como estado republicano, dando origem à República Rio-Grandense.

Durou quase dez anos, de 20 de setembro de 1835 a 1º de março de 1845. O termo “farrapo” se referia aos trajes maltrapilhos que o exército rebelde usava.

A revolta foi mobilizada pelos grandes proprietários de terra (estancieiros e charqueadores) do Rio Grande do Sul, insatisfeitos com os altos impostos cobrados pelo governo imperial sobre seus produtos, particularmente o charque. Por isso, constataram que a separação e a república seriam formas de obtenção das liberdades comercial e política.

A revolução, que só com o passar do tempo adquiriu um caráter separatista, influenciou movimentos que ocorreram em outras províncias brasileiras, como a Revolução Liberal que viria a ocorrer em São Paulo em 1842, e a revolta denominada Sabinada, na Bahia, em 1837, ambas de ideologia do Partido Liberal da época.

A Revolução Farroupilha inspirou-se na recém findada guerra de independência do Uruguai, mantendo conexões com a nova república do Rio da Prata, além de províncias independentes argentinas, como Corrientes e Santa Fé. Chegou a expandir-se à costa brasileira, em Laguna, SC, com a proclamação da República Juliana, e ao planalto catarinense de Lages.

A questão da abolição da escravatura também esteve envolvida, organizando-se exércitos que contaram com homens negros que aspiravam à liberdade. Mesmo que o ideal dos revolucionários fosse a independência de uma república, os líderes da revolução, de ambos os lados, eram defensores da escravidão.

A justificativa original para a revolta baseou-se no conflito político entre os liberais, que propugnavam o modelo de estado com maior autonomia às províncias, e o modelo imposto pela constituição de 1824, de caráter unitário.

O movimento também encontrou forças nas posições secundárias, tanto econômica como política, que a Província de São Pedro do Rio Grande ocupava no Brasil, nos anos que se sucederam à Independência.

Diferentemente de outras províncias, cuja produção de gêneros primários se voltava para o mercado externo, como o açúcar e o café, a do Rio Grande do Sul produzia principalmente para o mercado interno. Seus principais produtos eram o charque e o couro, altamente tributados.

As charqueadas produziam para a alimentação dos escravos africanos, indo em grande quantidade para abastecer a atividade mineradora nas Minas Gerais, para as plantações de cana-de-açúcar e para a região sudeste, onde se iniciava a cafeicultura.

A região, desse modo, encontrava-se muito dependente do mercado brasileiro de charque, que com o câmbio supervalorizado, e benefícios tarifários, podia importar o produto por custo mais baixo. Além disso, instalava-se nas

¹ Coronel do Exército. Graduado em História.

² Advogado. Professor Universitário aposentado.

Províncias Unidas do Rio da Prata uma forte indústria saladeiril, e que, junto com os saladeros do Uruguai, competiria pela compra de gado da região, pondo em risco a viabilidade econômica das charqueadas sul-rio-grandenses.

Conseqüentemente, o charque rio-grandense tinha preço maior do que o similar oriundo da Argentina e do Uruguai, uma queixa que era feita pelos rio-grandenses desde, pelo menos, 1804. A tributação da concorrência externa era uma exigência dos estancieiros e charqueadores. Porém, essa tributação não era do interesse dos principais compradores brasileiros, pois viam reduzida sua lucratividade em razão do maior dispêndio na manutenção dos escravos.

Há que considerar, ainda, que o Rio Grande do Sul era região fronteira aos domínios hispânicos situados na região platina. Devido às disputas territoriais nessa área, nunca fora uma Capitania Hereditária no período colonial, e sim, parte de seu território, desde o século XVII ocupado por um sistema de concessão de terras e poder a chefes militares.

O poder dos estancieiros era exercido muitas vezes na defesa de seus próprios interesses privados e entrava frequentemente em choque com a autoridade dos comandantes militares, representantes da Coroa. Porém, a importância do estancieiro soldado era tamanha que a Coroa transigia, fazendo vista grossa às arbitrariedades, permitindo uma dose de autonomia ao poder local.

No entanto, a recente e desastrosa Guerra da Cisplatina, que culminou com a perda da área territorial do atual Uruguai, anteriormente anexada ao Império do Brasil, o comando geral, apesar dos inúmeros candidatos locais qualificados, foi dado ao Marquês de Barbacena, oriundo da corte imperial, despreparado para o cargo e responsabilizado pela derrota.

Os contatos frequentes, inclusive propriedades e negócios do outro lado da fronteira, mostraram aos caudilhos locais as vantagens de uma república, o que culminou com a Proclamação da República Rio-Grandense, com suas bandeiras de igualdade, liberdade e humanidade trazidas da Revolução Francesa. Além disso, a imposição de presidentes provinciais por parte do governo imperial ia contra o direcionamento político da Assembleia Legislativa Provincial do Rio Grande do Sul, criando mais um motivo de desagrado da elite regional.

Com a criação do Partido Restaurador, em 1831, também designado por Partido Caramuru o qual, formado essencialmente pela figura de comerciantes portugueses, burocratas e militares, defendia o retorno do imperador Dom Pedro I para o Brasil.

Defendia também um regime monárquico fortemente centralizado e criticava os demais partidos políticos da época. Era apoiado pelos jornais *O Carijó*, *O Caramuru* e *O Sete de Abril*.

O descontentamento reinante na província gaúcha foi objeto de diversas reuniões governamentais, especialmente a partir de 1831, quando começam a circular insistentes boatos sobre a separação da província visando a unir-se ao Estado Oriental e, também, a preocupação com informações de que, na fronteira, se pregava a revolução, sendo prometida a liberdade aos escravos.

No Uruguai vivia refugiado o padre Caldas, revolucionário da confederação do Equador, que mantinha um jornal de ideias republicanas, além de animada correspondência com os comandantes da fronteira, incluindo Bento Gonçalves.

O conflito ideológico foi exacerbado com a criação da Sociedade Militar no Rio de Janeiro, um clube com simpatia pelo Império e fomentador da restauração de Dom Pedro I no trono brasileiro. Um dos seus líderes foi o Conde de Rio Pardo, que ao chegar a Porto Alegre em outubro de 1833, fundou ali uma filial.

Os estancieiros rio-grandenses não viam com bons olhos a Sociedade Militar e pediam que o governo provincial a colocasse na ilegalidade. Entre os protestos eclodiu, em 24 de outubro de 1833, um levante contra a instalação da Sociedade Militar em Porto Alegre, liderada pelos majores José Mariano de Matos e João Manuel de Lima e Silva que foi logo abafada e seus líderes punidos.

Neste mesmo ano, 1831, no Rio de Janeiro, havia também os jornais Jurujuba dos Farrroupilhas e Matraca dos Farrroupilhas.

Em 1832 foi fundado o Partido Farrroupilha pelo tenente Luís José dos Reis Alpoim, deportado do Rio para Porto Alegre. O grupo se reunia na casa do major João Manuel de Lima e Silva (tio de Luiz Alves de Lima e Silva, que viria a ser o Duque de Caxias), casa esta que era sede também da Sociedade Continentino, editora do jornal O Continentino, ferrenho crítico ao Império.

Inicialmente, reivindicavam a retirada de todos os portugueses que se mantinham nos mais altos cargos do Império e do Exército, mesmo depois da Independência, respaldados pelo Partido Restaurador ou Caramuru. Os caramurus almejavam a volta de Dom Pedro I ao governo do Brasil.

O Partido Restaurador foi violentamente combatido por Evaristo da Veiga, famoso jornalista que fundou a Sociedade Defensora justamente para evitar a volta do imperador - que abdicara, e, entre outras figuras políticas, por Bernardo Pereira de Vasconcelos, que escrevia no jornal Aurora Fluminense. Eram chamados "chimangos" ou "chapéus redondos".

No entanto, é bom notar que entre os farrapos havia os que acreditavam que só tornando suas províncias independentes poderiam obter uma "sociedade chula", ou seja, administrada por provincianos.

Havia, portanto, estancieiros, estancieiros militares, farrroupilhas libertários, militares libertários, estancieiros farrroupilhas, abolicionistas e escravos que buscavam a liberdade, e assim por diante, em uma combinação e interpenetração ideológica sem fim. Inicialmente, nem todos eram republicanos e separatistas, mas os acontecimentos e os novos rumos do movimento conduziram a esse desfecho.

A maçonaria sulista, tendendo aos ideais republicanos, teve importante papel nos rumos tomados, sendo que muitos dos líderes farrroupilhas foram seus adeptos, dentre eles, Bento Gonçalves da Silva, com o codinome Sucre. Bento organizou outras lojas maçônicas no território rio-grandense, o que lhe havia sido permitido desde o ano de 1833.

Assim, a conjuntura conflituosa no Sul só poderia desencadear uma revolta, a Guerra dos Farrapos, que como já referido, foi promovida pela classe dominante gaúcha, constituída de charqueadores e estancieiros, que eram os donos de grandes propriedades rurais, gado e negros escravizados, e ainda, indignados com os elevados impostos territoriais, além de altas taxas sobre as exportações de charque, couro e sebos.

Os estancieiros protestavam, pois o charque gaúcho devia pagar 25 % de impostos, enquanto o uruguaio pagava somente 4 % para ser vendido no Rio de Janeiro.

Também havia ressentimento contra o governo imperial que sempre recrutava homens e cavalos para as lutas com os territórios fronteiriços, mas pouco beneficiava a sociedade local. A revolução foi favorecida pelo caráter militarizado da sociedade rio-grandense, organizada em meio a lutas como a disputa pela Colônia do Sacramento, no século XVIII.

Além disso, as ideias republicanas e federativas encontravam receptividade entre os rio-grandenses, estimulados pelas vizinhas repúblicas platinas.

Agravando a situação, em 1835, o regente Feijó nomeou o moderado Antônio Rodrigues Fernandes Braga como presidente da província, o que não foi aceito pelos gaúchos. Na Assembleia Provincial, tornou-se cada vez mais viva a oposição ao presidente Fernandes Braga, e no dia 20 de setembro de 1835, uma revolta armada, com pouco mais de 200 cavaleiros se estabeleceu nos arredores da capital, Porto Alegre. Uma pequena força armada enviada para dispersar os rebeldes foi repelida e obrigada a regressar (ao centro da cidade). Fernandes Braga fugiu para a vila de Rio Grande, instalando aí seu governo.

Em consequência, os estancieiros da região iniciaram uma rebelião contra o Império do Brasil, e, no dia 10 de setembro de 1836, ocorreu a Batalha do Seival. Com a fulminante vitória dos revoltosos, liderados pelo general



Antônio de Sousa Neto (ao lado), a ideia separatista tomou forma, embora o objetivo principal nunca tenha sido proclamar um estado-nação próprio separado do Estado brasileiro, mas sim mostrar ao Império do Brasil que as oligarquias gaúchas não estavam satisfeitas com os altos impostos.

No entanto, como resultado, no dia seguinte, em 11 de setembro, o general Neto proclamou a República Rio-Grandense, como consequência direta da vitória obtida por forças oligárquicas gaúchas na Batalha do Seival.

Outro líder separatista, Bento Gonçalves, então preso por forças imperiais na província da Bahia, foi aclamado presidente em 6 de novembro de 1836, junto com quatro vice-presidentes: Antônio Paulino da Fontoura, José Mariano de Matos, Domingos José de Almeida e Inácio José de Oliveira Guimarães.

Porém, como Bento Gonçalves estava preso, foi necessário eleger um novo presidente - José Gomes de Vas-

concelos Jardim, sendo, na cidade de Piratini instalada a primeira capital da nova república.



Acima: Proclamação da República de Piratini - Parreiras, Antônio (1915). [S.l.: s.n.].

Diante desta situação, o regente Feijó nomeou novo presidente para a província, José de Araújo Ribeiro, futuro visconde do Rio Grande. A guerra continuou e os legalistas conseguiram prender vários chefes rebeldes, entre eles Bento Gonçalves, como já referido, que foi mandado para o Forte do Mar (BA), de onde fugiu nadando.

Em setembro de 1837, Bento Gonçalves regressa ao Sul e é eleito presidente da República de Piratini. A luta dos rebeldes era cada vez mais popular e com o apoio do revolucionário italiano Giuseppe Garibaldi o movimento se propagou.

Enquanto isso, devido a disputas políticas, Feijó foi obrigado a renunciar. Iniciou-se a regência de Araújo Lima, apoiado pelos conservadores.



Em 1839, forças lideradas pelo revolucionário italiano Giuseppe Garibaldi e pelo gaúcho Davi Canabarro proclamaram a República Juliana na província de Santa Catarina, tomando a cidade de Laguna. Ali, Garibaldi conheceria sua futura esposa e companheira de lutas, Anita Garibaldi.

A nova república formou uma confederação com a República Rio-Grandense, alargando o cenário da revolução. Mas isso não durou muito, pois não se conseguiu tomar a capital provincial de Nossa Senhora do Desterro, posteriormente renomeada para Florianópolis.

Em 1840, com a maioria antecipada de Dom Pedro II, foi concedida anistia a todos os revoltosos políticos do período regencial.

Seguiu-se, então, a primeira negociação de paz com a nomeação de Francisco Alves Machado para presidente da província, o qual ofereceu a Bento Gonçalves (ao lado) anistia plena para negociar um tratado. Bento respondeu em carta, a 7 de dezembro de 1840, propondo que:

- as dívidas contraídas pela república fossem pagas pelo go-

verno imperial;

- os escravos que haviam sido alistados como soldados republicanos fossem libertados; e
- os oficiais revolucionários fossem garantidos em seus postos, quando aproveitados em serviço da Guarda Nacional.

Nacional.

Para melhor firmar o tratado, Bento Gonçalves solicitou uma conferência com o presidente, porém Álvares Machado negou-a por saber que os farrapos tentavam aliciar à sua causa diversos legalistas, como o coronel Manduca Loureiro e o coronel João da Silva Tavares. A recusa da conferência importou em suspensão da anistia e consequente continuação da luta.

O sistema de guerrilha e a troca constante de presidentes e comandantes de armas prolongaram a luta até que o Barão de Caxias (futuro Duque) foi nomeado Presidente da Província e Comandante Supremo Imperial em 9 de novembro de 1842, reorganizando o exército e chamando Bento Manuel Ribeiro, que tinha se recolhido para o Uruguai, para seu Estado Maior.

O Barão empregava toda sua força de 12 mil homens, conhecimento, inteligência e experiência para minar a relativa supremacia farrapa no interior, que contava com apenas 3.500 homens.

Entre as várias ações, iniciou uma campanha de estrangulamento da economia da república, atacando as cidades da fronteira que permitiam o escoamento da produção de charque para Montevidéu e Laguna, comprando cavalos para impedir que os Farrapos tivessem montaria, e reativando o comércio.

Lima e Silva, porém, não conseguiu atrair os farrapos para uma batalha campal decisiva. O exército republicano, sabendo de sua inferioridade numérica e de armamentos, evitou o combate direto, tendo a campanha permanecido como uma série de pequenos combates e escaramuças; quando perseguidos, os farroupilhas se refugiavam no Uruguai.

Com o prosseguimento da luta e diante das derrotas, os farroupilhas negociaram o fim do conflito com o governo imperial. No entanto, faltava solucionar a questão dos negros escravizados que haviam lutado durante quase dez anos.

O governo imperial não aceitava a libertação e, por outro lado, alguns líderes farroupilhas concordaram em devolvê-los para seus antigos proprietários. No entanto, isso seria uma traição e poderia acabar em uma rebelião.

Em 14 de novembro de 1844, o acampamento farroupilha, localizado próximo ao município de Pinheiro Machado, e liderado por Canabarro é atacado por tropas imperiais. Contudo, o local onde estavam os lanceiros negros, recebeu a maior parte do ataque e não obteve nenhuma ajuda dos seus próprios companheiros de armas.

Para os revolucionários, a batalha de Porongos resultou na morte de 110 apoiadores da república e na prisão de 333 homens - sendo 35 oficiais.

No ano seguinte, os rebeldes aceitaram a proposta de paz oferecida pelo governo.

A República Rio-Grandense foi dissolvida em 1º de março de 1845, pelo Tratado de Ponche Verde, que manteve em vigor algumas leis derivadas da constituição riograndense, voltando o território litigante a fazer parte do Império do Brasil, de Dom Pedro II.

A República teve, no total, seis capitais durante os seus nove anos e meio de existência: Piratini, Caçapava do Sul, Alegrete e São Gabriel (capitais oficiais), Bagé (somente por duas semanas) e São Borja. Os seus presidentes foram Bento Gonçalves e Gomes Jardim.

O Tratado de Ponche Verde estabelecia:

- anistia;
- incorporação dos oficiais farroupilhas ao exército imperial;
- libertação dos escravos que haviam lutado ao lado dos farroupilhas;
- devolução das terras que haviam sido tomadas dos rebeldes;
- diminuição dos impostos naquela província; e
- fortalecimento da Assembleia Provincial.

Estava terminada a Guerra dos Farrapos que representou uma vitória militar das tropas do Império, mas uma vitória política do lado dos farrapos.

Referências

FROTA, Guilherme de Andreia. Quinhentos Anos de História do Brasil. Rio de Janeiro: BIBLIEx Editora, 2000.

www.todamateria.com.br - Guerra dos Farrapos - Acesso em: 22 de setembro de 2024.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. História do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Martins Livreiro Editora, 2014, 9ª Edição.

www.sohistoria.com.br - revolucaofarroupilha. Revolução Farroupilha - A República; Declínio. Acesso em: 22/09/2024.

SCHMITT, Anderson Marcelo. Guerra dos Farrapos (1835-1845): entre o fato histórico e suas apropriações. Disponível em: DOI: <http://dx.doi.org/10.5007/2175-7976.2018v25n40p358>. Acesso em: 22/09/2024.

SILVA, Adhemar Lourenço da. As sociedades de socorros mútuos: estratégias privadas e públicas. Porto Alegre: PUCRS, 2004, (PDF). Acesso em: 22/09/2024. Disponível em [wikipedia.org/wiki/Sociedade Militar](https://www.wikipedia.org/wiki/Sociedade_Militar).

SILVA, Alfredo P.M. Os Generais do Exército Brasileiro, VALENTE, Tomás Joaquim Pereira. 1º barão e conde de Rio Pardo, 1822 a 1889, M. Orosco & Co., Rio de Janeiro, 1906, vol. 1, 949 pp.

A FAB NA SEGUNDA GUERRA MUNDIAL

- 80 ANOS DA CHEGADA DA FAB NA ITÁLIA -

Coronel Aviador Veterano Jorge Luiz Schwerz(*)

A Segunda Guerra Mundial foi o batismo de fogo da Força Aérea Brasileira (FAB), já que a sua criação aconteceu em plena guerra, em 20 de janeiro de 1941, a partir da união da Aviação Naval, pertencente à Marinha do Brasil e da Aviação Militar, pertencente ao Exército Brasileiro.



Eixo.

O submarino foi imediatamente atacado com uma salva de 10 bombas de 100 libras de emprego geral, mas não afundou. Esse foi o primeiro submarino atacado pela FAB na Segunda Guerra Mundial.

As primeiras missões de combate aconteceram no início de 1942, quando a FAB foi responsável por caçar submarinos alemães e italianos que torpedeavam os navios da Marinha Mercante do Brasil, responsável por transportar pessoas e mercadorias para os Aliados.

A guerra naval do Eixo contra os navios brasileiros resultou no afundamento de 36 embarcações e na morte de 1.074 pessoas.

O primeiro confronto da FAB com submarinos do Eixo ocorreu em 22 de maio de 1942, quando um avião B-25, sediado em Fortaleza, avistou o submarino italiano Barbarigo^{Erro! Indicador não definido.}, que havia atacado o navio brasileiro Comandante Lyra quatro dias antes. Era a oitava embarcação brasileira atingida pelas forças do

O dia 22 de maio foi adotado como o dia da Aviação de Patrulha da FAB.

Até o final do conflito no Atlântico Sul, onze submarinos inimigos foram afundados em cerca de 15 mil missões de patrulha realizadas pela Aviação de Patrulha da FAB (1).

O afundamento de navios brasileiros pressionou o governo e precipitou a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial. A declaração de guerra ao Eixo foi oficializada em 31 de agosto de 1942.

Cabe lembrar que as ações de apoio aos aliados já estavam em andamento antes da declaração de guerra, pois o governo brasileiro havia autorizado a instalação de uma Base Aérea em Natal-RN, nomeada pelos norte-americanos de “Parnamirim Field”, em 2 de março de 1942. Essa base possibilitou a criação de uma ponte aérea entre Natal, no Brasil, e Dakar, no Senegal.

A ponte aérea operou de 1942 a 1943 e foi uma das rotas utilizadas pelas tropas aliadas para alcançar o continente africano e combater o “Afrika Korps” do General alemão Erwin Rommel. Por esse motivo, a Base Aérea de Natal ficou conhecida como “Trampolim da Vitória”.

Como curiosidade sobre a Base Aérea de Natal, em 28 de janeiro de 1943, o presidente americano Franklin Delano Roosevelt visitou a recém-construída Base Aérea “Parnamirim Field” e foi recebido por Getúlio Vargas. Os locais da visita são hoje pontos turísticos na cidade de Natal, com sítios históricos da Segunda Guerra Mundial ainda preservados dentro da Base Aérea de Natal.

Ao se unir aos aliados, o Brasil foi beneficiado pelo “Lend and Lease Act”, uma lei norte-americana que permitia o fornecimento de equipamentos e treinamento para os aliados que lutassem contra o Eixo ao lado dos Estados Unidos.

O treinamento em território brasileiro foi realizado na Unidade Mista, que uniu a FAB e a Marinha americana, com o objetivo de instruir oficiais e sargentos da FAB em operações aéreas e terrestres, formando novas unidades de patrulha. A unidade, conhecida como United States - Brazil Air Training Unit (USBATU), foi criada em 1º de outubro de 1943, em Natal-RN (1/2).

Ao voltarmos o nosso olhar para as ações da FAB na Europa, vale destacar que, além do Primeiro Grupo de Aviação de Caça (1º GAC), houve a participação da Primeira Esquadrilha de Ligação e Observação (1ª ELO). Esta unidade voava os L-41H, a versão militar dos HL Piper Cub, em apoio à 1ª Divisão de Artilharia Divisionária da Força Expedicionária Brasileira (FEB), com o objetivo de acompanhar os movimentos do inimigo e orientar o tiro da artilharia da FEB.

A 1ª ELO foi criada pelo Ministro da Aeronáutica por intermédio do Aviso nº 57, de 20 de julho de 1944 e aportou em Nápoles em 6 de outubro de 1944, junto com o 3º Escalão da FEB.

“A precisão dos tiros da artilharia da FEB tornou-se famosa na frente do V Exército (americano). Era a 1ª ELO que colaborava na regulação de tiro [...] e tomou parte ativa em todas as principais ações da FEB: Monte Castelo, Belvedere, Della Torracia, Montese, Montebufone, Montello, La Serra, Vignolle, bem como exerceu vigilância eficiente sobre os rios Panaro e Serchio, rio Enza e região sul de Collecchio, quando a 148ª Divisão de Infantaria alemã, sob o comando do General Otto Fretter Pico, rendeu-se incondicionalmente ao 6º RI” (1).

A bravura dos pilotos da FAB voando os frágeis Piper Cub próximos do inimigo foi reconhecida pelo Comando da FEB e pelo Exército americano.

A 1ª ELO foi extinta pela Divisão de Artilharia Divisionária ainda na Itália.

Finalmente, a mais conhecida das unidades aéreas da FAB na Segunda Guerra Mundial, o Primeiro Grupo de Aviação de Caça (1º GAC), também conhecido como Esquadrão Senta a Pua, foi criado pelo Decreto-Lei nº 6.123, de 18 de dezembro de 1943.

O Major Aviador Nero Moura foi designado como Comandante da Unidade Aérea, liderando sua estruturação, preparação para a guerra e operação na Europa.

A preparação inicial foi realizada em centros americanos, incluindo a Escola de Tática Aérea Aplicada da Aviação do Exército Americano em Orlando, Flórida, e em Aguadulce, no Panamá. A fase final do treinamento dos pilotos ocorreu em Suffolk, Nova Iorque, onde foram adaptados para operar a aeronave P-47D, utilizada na guerra.

O Grupo de Caça brasileiro chegou a Nápoles, Itália, em 6 de outubro de 1944, a bordo do navio UST Colombie e iniciou suas operações na Base Aérea de Tarquínia, incorporando-se ao 350º Grupo da Força Aérea do Exército dos EUA. Dois meses depois, foi transferido para o aeródromo de San Giusto, na cidade de Pisa.

O sucesso do 1º GAC foi reconhecido pelo Comandante do 350º Grupo de Caça do Exército dos EUA, Ariel Nielsen:

“Durante o período de 06 a 29 de abril de 1945, o Grupo de Caça Brasileiro voou 5% das saídas executadas pelo XXII Comando Aéreo Tático e, no entanto, foram oficialmente atribuídos aos brasileiros 15% dos veículos destruídos, 28% das pontes destruídas, 36% dos depósitos de combustível danificados e 85% dos depósitos de munição danificados”.

O dia 22 de abril de 1945, auge das vitórias do Esquadrão Senta a Pua, foi escolhido como o Dia da Aviação de Caça do Brasil. Em reconhecimento ao sucesso do esquadrão, ele recebeu a “Presidential Unit Citation” americana em 1986.

Atos de bravura e firmeza moral marcaram as inúmeras ações dos pilotos da FAB, coroando o esforço do Brasil contra o nazifascismo e criando um legado de vitórias para a aviação brasileira. Juntamente com a Força Expedicionária Brasileira, a FAB escreveu páginas memoráveis de coragem e patriotismo.

Para saber mais baixe, gratuitamente, o ebook “A participação da FAB na II Guerra Mundial”, disponível em:

Foram esses portugueses que construíram dois sobrados e uma capela em homenagem a São Gonçalo do Amarante, com a imagem do santo padroeiro esculpida em pedra e colocada imponentemente no altar.

Este massacre é narrado em detalhes em uma carta de Lopo Curado Garro.

Segunda versão

Em 16 de julho de 1645 o padre André de Soveral e outros 70 fiéis católicos foram cruelmente mortos por centenas de soldados holandeses e índios potiguares.

Os fiéis participavam da missa dominical na Capela de Nossa Senhora das Candeias, no Engenho Cunhaú, município de Canguaretama, no litoral sul potiguar.

Os holandeses eram calvinistas e teriam promovido o massacre por aversão ao catolicismo.

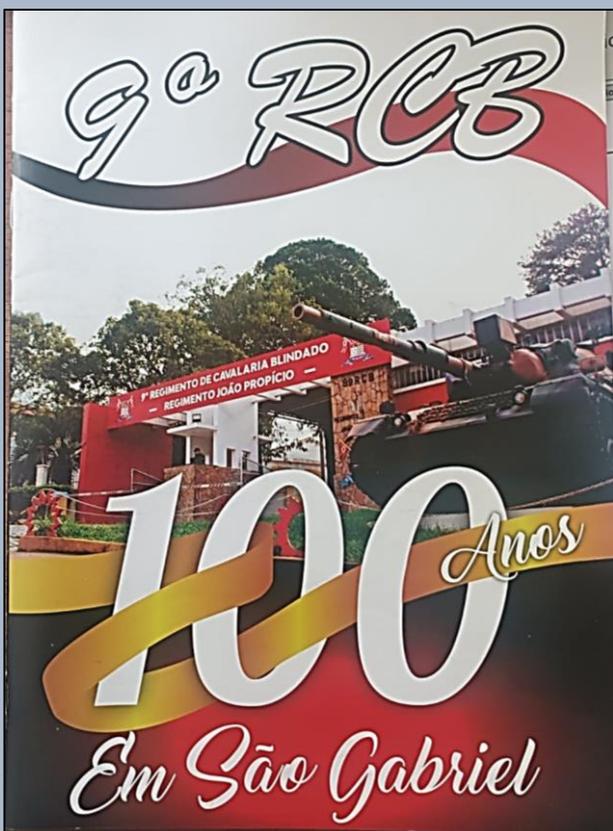
Três meses depois, em 3 de outubro de 1645, aconteceu outro morticínio, no qual cerca de 80 pessoas foram assassinadas pelos holandeses, estando entre as vítimas o padre Ambrósio Francisco Ferro e o camponês Mateus Moreira.

Segundo ficou registrado por cronistas da época, Mateus teve o coração arrancado pelas costas e antes de ser executado teria dito "louvado seja o Santíssimo Sacramento".

O massacre aconteceu na comunidade de Uruaçu, em São Gonçalo do Amarante, distante cerca de 18 km de Natal, da atual capital do estado.

Nota do Editor: a pedido do Coronel Inf EM Veterano Fernando Velozo, a respeito da matéria d'O Tuiuti anterior, de autoria do mesmo, sobre a Logística na Guerra do Paraguai:

O autor informa que o artigo original foi publicado na Coleção Meira Mattos - Revista de Ciências Militares da ECEME.



Publicação recebida:

Recebemos do Cmt do 9º RCB a revista do Centenário do Regimento (capa ao lado).

A revista está à disposição dos interessados.

Algumas citações (sem autoria)

“Soldado não necessita de metafísica. Necessita, além de algum saber e certas coisas que se pode pesar e contar, é de fé na justiça da causa, confiança na vitória final e respeito por si e seus companheiros. Aliás, quão metafísicos são fé, confiança e respeito”?

“Nós poderíamos ser muito melhores se não quiséssemos ser tão bons”

“Das diversas evoluções e revoluções da Arte da Guerra, a Cavalaria foi uma das mais importantes”

“Em função da guerra do Vietnam, o serviço militar universal ficou associado ao sofrimento, dor e morte”.

“As mudanças culturais e materiais podem inibir o homem a pegar em armas”.

“A guerra é a falência da política”.

“SE A HUMANIDADE PUDER OPTAR, AFASTAR-SE-Á DA GUERRA”.

“A fonte primitiva dos conflitos era o roubo de esposas. Tróia foi um exemplo. Outros houve”.

#####

VALE A PENA SABER

No processo de decadência do Império Romano, os hunos “empurraram” os godos ocidentais (ostrogodos) e estes “empurraram” os visigodos (godos ocidentais) de leste para oeste. Os romanos permitiram aos godos cruzar o Danúbio mas, nesta altura, já havia bárbaros dentro do Império. Foi o início do fim. Em 476 dC caiu o Império.

A “Pax Romana” consistia em “cidades abertas” e “estradas seguras”.

Editor: Luiz Ernani Caminha Giorgis,

Cel Inf EM Veterano Presidente da AHIMTB/RS (lecaminha@gmail.com)

Sites: www.ahimtb.org.br e www.acadhistoria.com.br

Site do NEE/CMS: www.nee.cms.eb.mil.br

Site do Núcleo Militar de Gramado: www.nucleo.com

Blog da Delegacia da FAHIMTB/RS em Recife, PE - Delegacia Heróis de Guararapes:

<http://historiapatriota.blogspot.com>